

**Intervenção inicial da Ministra da Modernização do Estado e da
Administração Pública**

**Audição regimental na Comissão de Administração Pública,
Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local**

Assembleia da República, Lisboa, 7 de julho de 2021

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A urgência da resposta às crises sanitária, económica e social, assim como o cenário de permanente incerteza, dificultaram, naturalmente, a adoção de algumas políticas públicas estratégicas e estruturantes. Mas, apesar dos condicionamentos que ainda persistem, estou certa de que é preciso projetar o país além da pandemia e de que a Administração Pública tem um papel fundamental na construção desse caminho de recuperação.

Menos de três meses depois de ter estado nesta Comissão, permitam-me que vos traga alguns exemplos muito concretos de iniciativas desta área governativa, algumas já em fase avançada de implementação e que são claros instrumentos de políticas públicas:

O Governo tem vindo a reforçar a capacidade de resposta do setor público com a contratação de profissionais – sobretudo em áreas críticas como a Saúde, mas também no âmbito dos recursos humanos necessários para operacionalizar o PRR. Mas, nos casos em que o outsourcing seja inevitável, é preciso assegurar que a competitividade das propostas não resulta do sacrifício dos direitos dos trabalhadores, nem da precarização das relações laborais, que é tantas vezes o outro lado do espelho nestes contratos.

Esta é uma responsabilidade que se impõe ao Estado: liderar pelo exemplo e promover o comportamento ético e socialmente responsável das empresas e, com elas, preparar o futuro do trabalho.

Desde a última vez que estive nesta Comissão, entraram em vigor os **incentivos à fixação de trabalhadores do Estado no interior**. A atribuição de compensações pecuniárias e não pecuniárias a quem decidir trabalhar a partir de territórios de baixa densidade populacional constitui-se também como um alicerce da sociedade mais digital que queremos construir, alavancada na experiência de teletrabalho que a pandemia proporcionou,

mas correspondendo ao objetivo anterior do Governo de aumentar o recurso a esta modalidade de trabalho como instrumento de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, ao mesmo tempo que concorre para a coesão territorial e o combate às disparidades regionais.

Lançámos também o **programa de estágios na Administração Pública – “EstágiAP XXI”** – para jovens licenciados desempregados ou à procura do primeiro emprego. Ainda em maio abrimos o **processo de candidaturas** e recebemos mais de 3 mil candidaturas para as 500 vagas da primeira fase do programa. A lista ordenada de admissões deverá ser publicada nas próximas semanas. Este nível de adesão prova que o setor público se mantém atrativo para os jovens qualificados e que um programa de estágios pode ser também uma política pública com impacto em diferentes dimensões:

- no rejuvenescimento da Administração Pública, dando prioridade às entidades com quadros de pessoal mais envelhecidos e beneficiando os estagiários com uma majoração na classificação atribuída nos procedimentos concursais de recrutamento;
- na coesão territorial, como já falámos, tendo havido a preocupação assegurar uma ampla cobertura geográfica, assim como uma maior resposta em zonas eventualmente mais carenciadas de oferta formativa em contexto de trabalho.
- na diversidade, ao acautelar a maior variedade possível de áreas profissionais e formação académica como forma de aumentar a abrangência da oferta de estágios;

O programa, lançado no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência, vai decorrer até ao final do ano de 2023. São no total 1500 vagas, distribuídas por três edições.

Foi ainda lançada a 2.ª edição dos prémios Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão, que se traduz num montante pecuniário (30.000 €) para os três serviços e equipas de trabalhadores que se destaquem com projetos inovadores.

Como tenho dito noutras ocasiões, acredito profundamente no papel do Estado como acelerador de transformação na economia e na sociedade. Ao longo do processo de transição digital esse papel tem-se revelado especialmente importante, traduzindo-se em respostas cada vez mais centradas nas necessidades dos cidadãos e das empresas.

Esta transformação que está em curso na Administração Pública deu um passo muito importante com a implementação da Estratégia TIC 2020, gerando eficiência e poupança para o setor público. Com mais de 700 projetos concluídos, que representaram um investimento de cerca de 300 milhões de euros, foi possível alcançar um impacto próximo dos 720 milhões de euros em benefícios e poupanças, o que resulta em benefícios líquidos superiores a 420 milhões de euros.

Ainda no domínio da eficiência, recordo que muito recentemente estive aqui no Parlamento para vos apresentar várias **alterações legislativas aos procedimentos relacionados com a emissão, a entrega e a utilização do**

cartão do cidadão, que vão permitir simplificar e agilizar as interações com os órgãos e entidades da administração pública, dando cumprimento a vários compromissos do Governo, entre eles, a total desmaterialização do ciclo de vida deste documento. Assim, passa a ser possível alterar a morada sem necessidade de um leitor de cartão ou ativar os certificados com recurso a biometria, com mecanismos seguros e conformes com as disposições previstas nos regulamentos europeus.

Como já tive a oportunidade de partilhar convosco, estima-se que, somando os vários impactos destas alterações – deslocações e tempo despendido com o atendimento presencial –, seja possível obter uma poupança total de 287.057 dias, por ano. São cerca de 7 milhões de horas que os cidadãos deixam de despender nos vários serviços, que passam a poder ser feitos online e de forma simplificada. Sem contar com a libertação de horas de trabalho nos serviços, que podem ser aplicadas no atendimento daqueles que não podem ou não querem prescindir do atendimento presencial.

As circunstâncias vividas no último ano, designadamente as limitações impostas ao atendimento presencial, obrigaram-nos a assegurar que muitas das medidas de simplificação e digitalização, até então em fase piloto ou com aplicação circunscrita, passaram a ser implementadas em larga escala, permitindo assim aos cidadãos e às empresas manter a sua relação com o Estado, através de alternativas ao atendimento presencial. Isto, quando fomos obrigados a fechar toda a rede de Lojas de Cidadão.

Para se perceber o impacto, costumo dar como exemplo a Loja das Laranjeiras, que antes da pandemia fazia cerca de 5 mil atendimentos diários.

Para se ter uma ideia dos números: durante o período da pandemia, em 2020 e 2021 o centro de contacto gerido pela AMA recebeu 3.189.612 chamadas telefónicas e 683.668 emails (que comparam cerca de 660.000 chamadas e 130.000 emails no ano de 2019.) significa um aumento exponencial dos contactos não presenciais.

O trabalho desenvolvido no Portal ePortugal.gov.pt ou nas linhas de apoio ao Cidadão e Empresa são o exemplo mais visível do processo de rápida adaptação. Mas houve outros: ainda recentemente lançámos **o apoio por videochamada para a realização de serviços digitais** como a alteração da Morada e a renovação do Cartão de Cidadão para maiores de 25 anos ou a ativação da Chave Móvel Digital.

Senhoras e Senhores deputados,

A disponibilização de um leque cada vez mais diversificado de serviços públicos digitais não pode ser dissociada de um importante trabalho de educação para a cidadania digital. É importante termos noção de que enquanto utilizadores da internet temos direitos e devemos exercê-los conscientemente. Compete ao Estado, por isso, assegurar que os utilizadores fazem escolhas informadas sobre sua privacidade. Nesse sentido, acreditamos que a medida **“Os meus dados”**, prevista no SIMPLEX’20-21, vai contribuir para esse esclarecimento, permitindo ao

cidadão conhecer e gerir os dados que a Administração Pública detém sobre si, bem como validar e autorizar a partilha entre entidades públicas.

Aliás, apesar das dificuldades do contexto que vivemos, a taxa de execução do Simplex 20/21 cifra-se em 59%, o que demonstra o empenho de todas as áreas governativas nesta matéria.

Em plena “Era digital”, é fundamental que as pessoas tenham, também elas, acesso a informação que lhes permita exercer com facilidade e eficácia o escrutínio democrático sobre as instituições públicas. Daí a importância do **Portal Mais Transparência** que lançámos no final de abril, no dia seguinte à nossa última audição, para permitir o acompanhamento da implementação e execução dos vários programas operacionais, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência, mas também divulgar informação sobre outras áreas da AP, como Orçamento do Estado e contratação pública, em formato de dados abertos.

Nesta matéria, realço a importância de termos partilhado com os Estados-Membros, no quadro da **Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia**, um documento de **Princípios orientadores para uma abordagem aos serviços públicos digitais baseada nos Direitos Humanos**.

Foi, aliás, um marco muito importante a reunião que realizámos entre os Ministros Responsáveis pela Administração Pública da UE. Deste encontro, que não se realizava há sete anos, resultou um documento de conclusões sobre temas como a transformação e a inclusão digital, o equilíbrio

geográfico das instituições e a promoção da igualdade de género nos quadros dirigentes, além do lançamento do modelo de **Programa de Liderança em Intercâmbio**, que vai permitir a Portugal acolher dirigentes das Administrações Públicas de França, Espanha, Bélgica e Eslovénia, no primeiro semestre de 2022 e que concretiza, assim, mais uma medida da Estratégia para a Inovação e Modernização da Administração Pública 2020-2023.

Em breve lançaremos a primeira pedra da componente do PRR destinada à administração pública, com a publicação dos **avisos que vão permitir às autarquias candidatarem-se à construção de novas Lojas de Cidadão**.

É um passo muito importante porque significa que este investimento fundamental para a recuperação do país vai começar a chegar às populações, através do nível de governação que lhes é mais próximo, cumprindo aquele que é o grande desígnio do PRR para o setor público: melhorar a relação dos serviços do Estado com os cidadãos e as empresas, otimizar a gestão e libertar recursos para a promoção do investimento público.

Estou profundamente convicta da importância que a administração local terá na recuperação do país pós-pandemia, acrescentando à proximidade da sua atuação o reforço das competências que resulta do processo de descentralização em curso.

A este respeito, sublinho que continuamos a trabalhar com as autarquias, tendo sido possível registar avanços muito significativos no que toca à transferência de competências em áreas como as praias, que este verão são já uma competência totalmente descentralizada. Nas áreas protegidas cerca de 90% dos municípios pediram a constituição de comissões de cogestão e no estacionamento são agora 48% os municípios a exercer a competência, o que em muito se deve ao trabalho de proximidade que levámos a cabo com as áreas setoriais para apoiar as autarquias neste processo, nomeadamente as sessões formativas e de esclarecimento de dúvidas realizadas online. Não posso deixar de sublinhar também o progresso na área da cultura, com a recente assinatura de autos de transferência de competências de gestão, valorização e conservação de 16 equipamentos culturais, que se somam aos nove já assinados no ano passado.

Foi por reconhecer o papel fundamental e insubstituível que as autarquias locais têm desempenhado na resposta à emergência social e sanitária provocada pela pandemia que o Governo decidiu compartilhar as **despesas dos Municípios com o combate à Covid-19**, através do financiamento concedido a Portugal no quadro do Fundo de Solidariedade da União Europeia. Aliás, recordo que o Despacho que aprova o Regulamento Nacional de Aplicação deste fundo e define as condições e regras para a utilização dos 55 milhões de euros de apoios foi publicado no mês passado.

A Administração Pública Central e Local está preparada para impulsionar a recuperação pós-pandemia e eu posso assegurar-vos que esta área governativa está empenhada para que tenhamos um Estado mais eficiente, mais próximo, mais inclusivo e mais capaz de ir ao encontro das necessidades das pessoas e das empresas.

Fico agora disponível para responder à vossas perguntas.

Muito obrigada!